PROFISSIONALIZAÇÃO DOS PARTIDOS, MÍDIAS DIGITAIS E POLÍTICA EM SERGIPE

Francisco Emanuel Silva Meneses Alves (UFS)[77]

Resumo: O presente estudo abrange os profissionais que administram as mídias sociais digitais nos partidos políticos com ênfase na relação entre os usos dessas e o trabalho desses profissionais, seja no uso dos websites ou das mídias sociais digitais como Instagram, Youtube, TikTotk, Facebook, X, entre outras. Em Sergipe quem usa mais as TICs? À esquerda ou a direita? Qual a importância de ter um perfil nessas mídias? Quem são os responsáveis pelas publicações nos perfis dos partidos? Qual a sua origem social? Como ingressaram no diretório? Qual a formação educacional/profissional? Qual a diferença no trabalho desses responsáveis no período eleitoral e nos períodos comuns? Quais as funções desempenhadas por esses profissionais? Retoma-se aqui uma dimensão pouco vislumbrada para os estudos sobre os processos de profissionalização da atividade política, já que a maioria dos estudos focaliza apenas os políticos profissionais que ocuparam ou ocupam cargos eletivos na esfera executiva e legislativa e a isso se estende também o estudo do uso das mídias sociais por políticos profissionais detentores de mandatos em detrimento dos partidos.
Palavras-chave: Partidos políticos, mídias sociais digitais, profissionalização da política.

Abstract: The present study covers professionals who manage digital social media in political parties with an emphasis on the relationship between their uses and the work of these professionals, whether in the use of websites or digital social media such as Instagram, Youtube, TikTotk, Facebook, among others. In Sergipe, who uses ICTs the most? Left or right? How important is it to have a profile in these media? Who is responsible for publishing party profiles? What is your social origin? How did you join the directory? What is your educational/professional background? What is the difference in the work of these responsible during the electoral period and in ordinary periods? What functions do these professionals perform? Here we return to a dimension little seen in studies on the processes of professionalization of political activity, since most studies focus only on professional politicians who held or hold elected positions in the executive and legislative spheres, and the study also extends to this the use of social media by professional politicians holding mandates to the detriment of parties.
Keywords: Political parties, digital social media, professionalization of politics.

[77] Mestre em Antropologia pelo PPGA/UFS. Doutorando em Sociologia pelo PPGS/UFS. Membro do LEPP/UFS. Professor da Educação Básica do Estado de Sergipe. Contato: franciscoemanuelciso@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O encaminhamento para o estudo dos partidos políticos se baseia no retorno a uma afinidade antiga que tenho enquanto pesquisador sobre essa temática levando em conta minha participação como bolsista num projeto de iniciação científica sobre a profissionalização da atividade político-partidária em Sergipe, mais especificamente sobre o que se pode chamar de máquina ou burocracia partidária.

O trabalho foi desenvolvido entre os anos de 2011 e 2012, também sob a coordenação do Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira, e rendeu dois relatórios de iniciação científica, um banco de dados do SPSS, trabalhos apresentados em eventos além de artigos publicados em revistas. Sua direção foi decisiva no meu rito de iniciação ao trabalho de campo e às ciências sociais, além de influenciar peremptoriamente a minha forma de observar e conceber o estudo do poder e da política.

Naquela pesquisa objetivamos o estudo do quadro funcional desses diretórios buscando apreender como o uso das mídias sociais influencia na composição e no trabalho desses. Como pude observar nos meses em que estive pesquisando neste campo, há significativas discrepâncias entre os cargos, as estruturas e as concepções de política entre os dezenove dentre os vinte e oito partidos legalmente constituídos então existentes no estado de Sergipe, abrangidos por esta sondagem de campo realizada em nosso projeto de iniciação científica. Hoje o estado tem trinta partidos.

Já percebo mais dificuldades no estabelecimento de contatos com os partidos que pretendo estudar. Naquela época eu não tinha filiação partidária e hoje tenho. Além disso, em 2011 eu sabia que os e-mails e alguns contatos telefônicos não eram os principais ou sequer eram utilizados. Nesta pesquisa nenhum dos e-mails que enviei foram respondidos e alguns e-mails sequer estão corretos, conforme alerta do próprio gmail. Isso aponta para a necessidade de repensar as minhas estratégias de aproximação do campo.

Consciente de que é necessário refletir sobre as posições e identidades que nos são conferidas ao longo do trabalho de campo, considerando as mudanças de tempo e espaço envolvidas (Nascimento, Alves e Matos, 2014, p. 118), lembro que na iniciação cientifica questões como a indicação de um funcionário de um dos partidos para procurar os nomes de outros diretórios, bem como o fato de uma funcionária ser da mesma cidade do interior de Sergipe que eu (conterrânea) pesaram a favor do estabelecimento de contatos e relações de confiança para a entrada e manutenção no cotidiano de alguns partidos. Boa parte dessas pessoas já não estão mais trabalhando nisso nos dias de hoje.

O estudo de 2011 teve como objetivo examinar as condições e as dinâmicas sociais, políticas e culturais de profissionalização da atividade político-partidária. O problema no qual o trabalho esteve assentado dizia respeito à investigação das condições e lógicas sociais que conduzem à ocupação de cargos remunerados em partidos políticos. Tratou-se de analisar as relações entre os atributos sociais, mecanismos político-partidários e as estruturas das redes sociais vinculados ao ingresso e a atuação profissional em organizações político-partidárias no estado de Sergipe.

A atual pesquisa consiste no estudo do impacto dos usos das mídias digitais no quadro funcional de nove partidos políticos, são eles: PT, PDT e PV; MDB, PSD e UNIÃO BRASIL; PL, PP e REPUBLICANOS[78]. Ou seja, como o uso das mídias sociais influencia na composição e no trabalho desses. O critério de escolha adotado foi o espectro ideológico visando observar a diversificação de perspectivas sobre funcionários nesses diferentes partidos.

Embora ter um *Instagram, Facebook* ou *Twitter* possa não gerar necessariamente uma maior oferta de votos para um partido, não ter um pode realmente prejudicar os níveis de apoio? Quais os impactos disso diante dos eleitores conectados? Em Sergipe quem usa mais as TICs? À esquerda ou a direita? Qual a importância de ter um perfil nessas mídias? Quem são os responsáveis pelas publicações nos perfis dos partidos? Qual a sua origem social? Como ingressaram no diretório? Qual a formação educacional/profissional? Qual a diferença no trabalho desses responsáveis no período eleitoral e nos períodos comuns? Quais as funções desempenhadas por esses profissionais?

Este trabalho, diametralmente diferente de Castro (2022, p.33), é um estudo sobre o impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) sob as organizações partidárias, mas não pensando como se essas mudassem radicalmente a forma de se fazer política.

2 DESENVOLVIMENTO

A respeito da Profissionalização da Política, imperativo colocado pela dinâmica eleitoral a todos os partidos políticos (Michels, 1979; Perissinotto & Miríade, 2006), podemos apontar para o "inexorável processo de profissionalização e de autonomização da política" (Perissinotto & Miríade, 2006, nota 12, pp.323-324; Phéllipeau, 2001). A acentuada profissionalização dos partidos políticos de esquerda, se comparada ao que ocorre nos partidos dos demais espectros

[78] Castro (2022, p.19) aponta que quatro (PT, PDT, PSD e REPUBLICANOS) dos nove partidos que escolhemos Estão entre os mais ativos nas redes em Sergipe.

ideológicos, demanda dedicação integral ao partido por parte de seus integrantes (Michels, 1979; Perissinotto & Miríade, 2006, pp.320-321).

Barbosa (2019), aponta que as redes sociais são um recurso político importante. Contudo, elas não estão necessariamente promovendo uma renovação do campo político. A internet é encarada sob uma lógica de transformação. Entendida como "conjunto de técnicas comunicacionais baseadas na informática em rede – é apresentada, por esses autores, como fator de transformação das relações e estruturas políticas nas quais ela adentra" (Barbosa, 2019, p.14).

Grosselli (2012, p.146), acredita que a ciberdemocracia através do uso das redes sociais como meios de inclusão política poderá se tornar uma solução para os problemas com os quais hoje a democracia representativa se depara, principalmente no Brasil (Grosselli, 2012, p.146).

Entendemos como Braga e Rocha (2013, p.209), que os partidos políticos são instituições imprescindíveis às democracias contemporâneas, e que tem absorvido as potencialidades das novas mídias. No entanto, atenta-se para o fato de terem havido poucos avanços

> Os estudos mais centrados nos partidos observam a existência de certos avanços, mas que pouco modificam a lógica política vigente. Em suma, os partidos tendem a utilizar a internet como forma de divulgação de informações em detrimento de um viés mais interativo e mobilizador, havendo forte moderação das ferramentas utilizadas e conteúdos vinculados, por parte das direções (Braga e Rocha, 2013, p.210).

Diferente dos prognósticos correntes sobre o que acontece nas democracias contemporâneas, Gomes considera que

> Não se trata, a rigor, de uma crise da democracia, que, como ideia ou como ideal, jamais esteve em tão alta conta. O que todos veem como problemático é o sistema de práticas, instituições e valores da política contemporânea à medida que se constata a sua distância de um padrão de democracia considerado ideal (Gomes, 2005, p.58).

Não dá para imaginar que a sociedade civil não precise de meios de comunicação para aumentar a sua capacidade de influenciar a decisão política sendo que estes ainda controlam a esfera de visibilidade pública da política - imaginando que apenas a internet teria a capacidade de lhe devolver as oportunidades de participação política de que necessita (GOMES, 2005, p.76).

Coradini (2008) aponta para o fato de que o estudo das elites fora por muito tempo "adstrito à área da ciência política", dizendo depois, com base em estudos mais recentes, que nos estudos destes grupos "leva-se a sério" o fato de não ter identificação com uma disciplina

específica. No entanto, também postula que isto não quer dizer que há nestes uma defesa da "interdisciplinaridade", algo "normalmente [defendido] para tornar as Ciências Sociais mais "aplicáveis"." (p.15). Sobre isso, é interessante notar algo semelhante em nossa pesquisa, quando chamamos atenção para o fato de que:

> A operacionalização dessa proposta de pesquisa envolve uma abordagem social e histórica do surgimento e das transformações nas formas de exercício das atividades partidárias. Por outro lado, ela implica também a observação das condições e lógicas sociais que resultam no ingresso e na atuação profissionais em partidos políticos. Por isso, as estratégias de pesquisa que deverão ser adotadas implicam a utilização de procedimentos diversificados de coleta e de análise do material (Oliveira, 2009, p.5).

Chama-se atenção para o fato de que, para entender um determinado sistema político, em nosso caso a democracia representativa, é importante entender a natureza de seus principais atores, bem como os mecanismos de **Recrutamento Político** (Perissinotto & Miríade, 2006, pp. 301-02). Segundo Perissinotto e Miríade (2006, p.302), nos estudos sobre "recrutamento político", é preciso procurar todos os filtros que constituem o processo de seleção de uma elite política, assim como é necessário observar os grupos selecionados e excluídos e as razões para a seleção ou exclusão desses.

Pontuamos a importância do fator "inserção prévia na vida política", bem como da posse ou não de um diploma de nível superior, já que "[...] a educação superior se constitui numa das mais importantes credenciais para se ter acesso aos postos de elites nas democracias ocidentais." (Perissinotto & Miríade, 2006, p.308). As variáveis societais, ou seja, as variáveis não necessariamente políticas são também relevantes para compreender as lógicas de seleção dos indivíduos que entram na esfera da política (Perissinotto & Miríade, 2006, p.319, p.317).

Concomitantemente a isso, à parte as variáveis propriamente políticas que contam nos processos de recrutamento e seleção aqui estudados, sobre o que é necessário para a entrada na vida política, a posse de capital social, cultural e econômico, podemos dizer que, já dentro da carreira política o acúmulo de recursos próprios do campo "... (o capital eleitoral, os apoios, os contatos, os cargos) parecem ser mais importantes do que os recursos trazidos de fora, o que não equivale a dizer que tais recursos sejam desprovidos de importância." (Perissinotto & Miríade, 2006, nota 12. pp.323-324).

Tanto a questão do estudo das *elites políticas* como o *recrutamento político*, podem nos servir de forma fecunda para que possamos tornar mais reflexiva, atenta e adequada a nossa pesquisa. Realizando nossa análise dos mecanismos ou lógicas sociais de recrutamento e

seleção dos indivíduos que ocupam os cargos de quem opera as mídias sociais, remunerados ou não, em partidos políticos nos diretórios estaduais.

O fato de muitos indivíduos conectados nas redes sociais não saberem das estruturas de discursos ali propostas e potencializadas pelo funcionamento dos algoritmos, utiliza-se as plataformas de maneira a acentuar as bolhas sociais e a pós-verdade, fenômenos esses que danificam as bases democráticas de uma nação (LEPECK, 2021, p.70-71).

Para Lepeck (2021, p.65) interpretar as consequências da ciberdemocracia na sociedade contemporânea, vinculado principalmente ao uso das novas plataformas digitais necessita observar os impactos disruptivos dessas. O autor considera a ciberdemocracia como um desdobramento histórico decisivo tal qual a democracia grega e a revolução francesa, "não é um mero modismo e sim mais uma das muitas evoluções que a democracia já teve na história" (LEPECK, 2021, p.65).

É importante não vilanizar a internet e tentar potencializar seus usos, pois

> Como visto ela trouxe inúmeros benefícios no que se trata de inclusão, porém por apresentar tamanhas novidades e influência, carece-se de maior entendimento no seu uso, para que as problemáticas sejam mitigadas e a democracia realmente se potencialize ainda mais no contexto ciber (LEPECK, 2021, p.71).

Para Lepeck (2021, p.70) as bolhas e a pós-verdade danificam a democracia

> [...] em virtude de os discursos estarem ligados às bolhas sociais que privilegiam fatores irracionais (não verdadeiros, mas embasados em verdades simbólicas), que podemos determinar como pós-verdadeiros. Além da maior proeminência de embate entre opostos que não buscam o diálogo e se distanciam cada vez mais em zonas de conforto onde falam/ou vem apenas o que lhes convém [...]

Assim sendo, Gomes (2005, p.76) aponta que é "[...] preciso, então, que se saia o mais rapidamente possível da retórica do diagnóstico (positivo ou negativo) para uma perspectiva de responsabilidade e tarefa".

Gibson e Ward (2009) analisam e traçam o perfil da literatura sobre as mudanças nos partidos políticos considerando a organização e operação resultantes do surgimento das novas mídias digitais e tecnologias de comunicação (TICs). Os autores oferecem uma compreensão da extensão para a qual a internet em suas formas dominantes (ou seja, www e e-mail), trouxeram uma mudança no papel tradicional e na relevância dos partidos na sociedade democrática, de acordo com a literatura sobre este tópico.

Desde que os partidos estabeleceram uma presença pública no ciberespaço em meados da década de 1990 através da criação de sites, houve muitas especulações e uma quantidade

crescente de estudos empíricos desse processo de adaptação. Em geral, esses estudos podem ser vistos como cobrindo uma de três áreas amplas: (1) a arena intrapartidária, com foco em como os partidos são conectados (ou não) como seus membros usam as novas TICs para conectar seus mecanismos de comunicação; (2) a arena interpartidária, examinando e comparando as partes e esforços de campanha online e, em particular, as implicações para o partido como menor competitividade e relações externas com o eleitorado - isso gera mais apoio ou suporte? e; finalmente, (3) a arena sistêmica, olhando mais amplamente para como os partidos se adaptam às novas TICs e como isso afeta a sua posição na esfera democrática e quais as novas formas ou modelos de partido podem surgir.

As novas TICs realmente ajudam os partidos a recrutar e obter membros? Em que medida as novas mídias estão ajudando os partidos mais novos e menores a competir em um campo de jogo de comunicação mais nivelado? Até que ponto os eleitores parecem estar respondendo aos seus esforços? (Gibson e Ward, 2009).

Revisando as evidências sobre a experiência da evolução dos partidos na Internet o objetivo de Gibson e Ward (2009) é juntar e alimentar essas descobertas para debates existentes e emergentes sobre a sustentabilidade futura dos partidos políticos em geral. A noção de que a tecnologia, e particularmente a tecnologia de comunicação, pode atuar como um fator-chave para a mudança partidária não é nova.

Como outros autores apontaram, desde o surgimento da imprensa escrita até o rádio e a televisão, a mídia de massa é vista como tendo gerado grandes mudanças na forma como os partidos operam e se comunicam com seus eleitorados. Se essas ferramentas podem ajudar os partidos a reviver e renovar eles próprios, é que é um ponto muito mais discutível.

Gibson e Ward (2009) alertaram para o potencial apresentado pela tecnologia para aumentar a centralização do poder nos partidos e o silenciamento do debate político de base. Alguns estudos sobre partidos argumentaram que esses corriam o risco de se tornar pouco mais do que elites de grupos de interesses especiais dirigidos.

Apesar desses avisos pessimistas, outros escritores mantiveram uma abertura para o surgimento do modelo ciberdemocrático. Relatando sobre os “ciberpartidos” apontando para a forma como as novas TICs podem expandir os partidos nas bases, facilitando uma definição mais livre e informal de associação, por meio da qual indivíduos poderiam se inscrever em uma redes de apoio, enviar dinheiro destinado a certas causas e participar em consultas sobre questões de política relevantes para eles. Mecanismos para o controle de base também precisam estar em vigor, no entanto, para que tais mudanças possam produzir o empoderamento genuíno dos membros (Gibson e Ward, 2009).

Estudos da arena interna dos partidos têm sido menos comuns, uma lacuna em que não há dúvida relacionada a problemas de acesso e disponibilidade desses dados mais privilegiados. Os partidos que estão usando a tecnologia para os seus objetivos de competição eleitoral ou as TICs desempenham algum papel descentralizador dentro das organizações partidárias? A mobilização e a participação em nível individual - mais especificamente, a Internet pode ser usada para ampliar e reviver a base de membros e aprofundar os níveis de ativismo? (Gibson e Ward, 2009).

Indiretamente, essas duas questões têm sido usadas para esclarecer se as TICs estão trazendo mudanças em termos de organização partidária. Geralmente, os partidos foram criticados por adotar uma abordagem bastante limitada e consumista para a tecnologia, valorizando-a em grande parte por seus ganhos de eficiência e, principalmente, pela racionalização de comunicação interna sobre estratégia de campanha.

Em geral, portanto, parece que a exploração interna da comunicação potencial das novas TICs, até 2004/05, tinha se limitado em grande parte ao administrativo e altos escalões do partido e focado na criação de relações mais diretas entre elites e uma base de membros bastante atomizada, ou, para coordenação de campanha e fins de marketing político. Mais recentemente, no entanto, o desenvolvimento da chamada Web Tecnologias 2.0, como blogs e ferramentas de redes sociais (MySpace, Facebook e Bebo), junto com sites de vídeo autorais, como o YouTube, levaram alguns comentaristas a reviver ideias anteriores sobre a suposta natureza descentralizadora da Internet (Gibson e Ward, 2009)..

Os partidos verdes e a extrema direita tendem a ser a exceção a esta regra de como ambos exploraram novas tecnologias extensivamente, mas por razões diferentes. Os verdes e seus apoiadores são muitas vezes usuários intensos da Internet, proporcionando um público pronto para campanhas na Internet que refletem uma ética verde de democracia participativa. A extrema direita usou as novas ferramentas de mídia para evitar restrições de mídia, mas também para construir bases organizacionais ocultas (Gibson e Ward, 2009).

Além dos EUA e do Reino Unido, os estudos sobre o uso de novas TICs pelos partidos têm proliferado em uma série de países desenvolvidos e em desenvolvimento, incluindo Itália, Rússia, Japão, Austrália, Nova Zelândia e Coreia do Sul. Mais focados em campanhas eletrônicas de partidos em eleições nacionais por meio de sites e e-mail (Gibson e Ward, 2009).

Embora ter um site possa não gerar necessariamente uma maior oferta de votos para um partido, não ter um pode realmente prejudicar os níveis de apoio, especialmente entre a geração mais jovem. Além disso, é claro que o número de visitantes sites de organizações políticas estão

crescendo conforme a dependência da mídia tradicional para notícias e informação cai em declínio (Gibson e Ward, 2009)..

Sampedro e Mosca (2018) focam nos casos do Podemos, da Espanha, fundado em 2014, de esquerda, e do movimento 5Stelle, auto definido como um não-partido, italiano. Os autores falam em “Partidos conectados” discutindo o papel da esfera pública digital nas esferas social e política das mobilizações na Itália e na Espanha desde o início dos anos 2000. Ambos os países experimentaram o surgimento de partidos de sucesso, dependendo fortemente da mídia digital, ligados a mobilizações sociais e meios de protesto.

Destaca-se a mudança do papel da mídia digital e sua função de facilitar os ciclos de protesto com impacto limitado na política partidária pelas TICs para se tornar uma ferramenta desafiadora dos atores políticos estabelecidos. As principais questões dos estudiosos versam sobre até que ponto a mídia digital permitiu que movimentos sociais expressassem queixas que foram posteriormente incorporados aos programas eleitorais dos novos partidos políticos.

As mídias digitais fomentaram o surgimento de "partidos conectados" definidos como organizações em que as plataformas de tecnologia e recursos são indistinguíveis e substituem os principais componentes da organização tradicional e das funções intrapartidárias. Diz-se que essas novas organizações políticas adotam a mídia digital para proporcionar maiores oportunidades de participação dos cidadãos na política (Sampedro e Mosca, 2018).

Braga e Rocha (2013, p.212) em seu texto apontam que

> [...] Os websites partidários submetidos à análise tendem a ter uma configuração de mão-única, promovendo a disseminação de informações filtradas pelas direções, à promoção de figuras públicas e dirigentes, em detrimento a uma perspectiva mais interativa. Suas instâncias, como por exemplo, as juventudes partidárias, em suma, reproduzem o modelo da ação virtual das instâncias superiores, todavia, destacam-se por uma precariedade ainda mais acentuada [...].

Os autores consideram que esses dois casos nacionais, Itália e Espanha, nos permitem explorar as tensões da política digital em termos de organização democrática no sistema de mídia híbrida. Discute-se se os dois partidos conectados diferem em seu uso de mídia digital devido às suas diferenças ideológicas e princípios básicos - orientados para a esquerda no caso do Podemos e mais confusos no caso do M5S. Conclui-se que a mídia digital teria promovido a "verticalização" em ambos os partidos independentemente de sua orientação ideológica variável.

O formato altamente personalizado e hierárquico e a organização da política eleitoral limitam as promessas digitais de construção horizontal, organizações participativas e

deliberativas. Isso não é verdade apenas para os partidos tradicionais, mas também para os partidos conectados supracitados (Sampedro e Mosca, 2018).

A incompatibilidade entre a retórica da horizontalidade e as práticas democráticas muito controladas e centralizadas parece antecipar o desenvolvimento oligárquico dos partidos conectados. Assim, o potencial da tecnologia digital para induzir mudanças radicais permanece questionado, ainda mais quando os partidos tradicionais e a mídia tradicional tem mostrado habilidades suficientes para se opor às estratégias digitais de seus novos concorrentes.

Apesar de serem ideologicamente diferentes, tanto o Podemos quanto o M5S pegaram emprestado online estratégias e inovações dos movimentos sociais e trouxeram efetivamente as mídias digitais para a política partidária. No entanto, suas estratégias eleitorais se assemelhavam às de "controle interatividade" ou "interatividade gerenciada" nas campanhas tradicionais em outras nações onde a Internet foi usada para manter a participação dos cidadãos nas margens do processo político (Sampedro e Mosca, 2018).

Além da referência retórica ao papel nivelador e equalizador da mídia digital, as plataformas digitais têm sido usadas para apoiar, ratificar e confirmar os líderes em suas visões sobre potenciais desafiadores internos. Usos instrumentais de mídia digital para propósitos eleitorais têm negado cada vez mais as promessas de democracia direta e participação horizontal, justamente o que gerou atenção da mídia e o apoio popular nos estágios iniciais do surgimento de novos partidos (Sampedro e Mosca, 2018).

Gibson et. al. (2013) examinam a relação entre os blogs não oficiais dos partidos no Reino Unido usando uma abordagem de método mista através de entrevistas e com análise de conteúdo, pesquisas de usuários e dados de uso e, finalmente, análise de hiperlinks para traçar o perfil do surgimento, popularidade, público e proeminência online de quatro grandes blogs partidários desde 2005.

A questão central colocada é até que ponto os blogs são desafiadores para os partidos como o ponto focal para o ativismo dos membros e oferecendo uma 'voz' pública alternativa. Os resultados mostram que os blogs ocupam um importante espaço alternativo crítico para o debate partidário, particularmente fora das eleições. Eles não são ferramentas de mobilização, porém, são utilizadas pela base principalmente para fins de coleta de informações e discussão. Assim pergunta-se qual papel é desempenhado por esses meios de comunicação nos assuntos partidários e especificamente se eles fornecem uma nova voz quase oficial para os membros e uma base para a comunidade ativista. Usa-se uma abordagem "multi-método" para abordar essas questões e dados quantitativos.

Contra um pano de fundo de problemas organizacionais - declínio do número de membros; níveis decrescentes de ativismo; escassez de financiamento; e enfraquecimento dos vínculos com a sociedade civil por meio de quedas em adesões - os partidos de todas as democracias liberais têm mostrado um interesse crescente no uso de novas tecnologias de renovação organizacional (Gibson et.al, 2013).

Segundo Gibson et. al. (2013), muito do trabalho sobre os usos internos e organizacionais das TICs pelas partes tem sido especulativa e não empírica. Os primeiros escritos ofereceram previsões sobre o declínio do papel dos partidos na era da internet como parte da erosão mais ampla de instituições representativas e do aumento do uso de métodos de contribuição do cidadão.

Autores uniram-se em torno de dois cenários: um sendo o surgimento de um sistema mais descentralizado, transparente e de base onde liderou o modelo de partido 'ciberdemocrático'; o outro, uma trajetória de uma cada vez mais centralizada e uma organização dominada pela 'tecno-elite' que erodiria o poder coletivo dos membros para responsabilizar seus líderes. Trabalhos subsequentes reforçam essas possibilidades duplas, mas como os dois lados de um novo modelo de partido único – o 'cyberparty' ou 'network party' - em que os membros tiveram um canal mais flexível para participação e oportunidades para formar e juntar-se a questões mais livres e com base em políticas nas redes. Os níveis e momentos de envolvimento dos indivíduos podem variar, variando de simplesmente receber atualizações regulares de notícias para doar fundos e contribuir com feedback sobre uma política individual ou base de problema (Gibson et.al, 2013).

Embora eles possam ainda não estar substituindo os papéis de mobilização e organização dos partidos, parecem que os blogs podem estar desviando a atenção dos partidos dentro de uma comunidade mais ampla eleitorado durante os períodos “normais”, isto é, não eleitorais. Os números do público indicam que os blogs são mais populares do que seus respectivos sites em 'tempos de paz', embora durante eleições, o apelo dos partidos aumenta bastante (Gibson et.al, 2013).

Horst (2012, p. 73) traz sua proposta de uma antropologia digital da vida cotidiana, sugerindo que o foco nas novas tecnologias de mídia sinalizam um retorno do foco da antropologia para o lar e o espaço doméstico, e que enquanto muitos novos métodos e formas de material de pesquisa exploram a digitalização da vida cotidiana através da mídia e da internet, muitas dessas formas ganham poder analítico quando levam em consideração uma série de valores centrais associados com formas antropológicas clássicas de saber.

Para a autora, um dos principais desafios de uma antropologia digital é descobrir novas maneiras de entender a relação entre as práticas da mídia e a constituição do mundo da mídia na vida de um indivíduo, comunidade ou grupo e nos diferentes espaços, meios de comunicação e modos pelos quais tais esforços são canalizados.

Segundo Medeiros (2013),

> Várias diferenças fundamentais entre a internet e os meios de comunicação tradicional explicam seu uso mais adaptado para a ciberdemocracia. Por um lado, a internet permite uma comunicação em tempo real entre vários interlocutores, enquanto que a rádio ou televisão não permitem senão de forma limitada e a telefonia móvel não coloca em relação senão um interlocutor com outro, simultaneamente (pelo menos até o aparecimento dos smartphones e o surgimento de aplicativos como o whatsapp, viber, entre outros). Além disso, a internet já se transformou em uma ferramenta importante no processo de discussão democrática e na difusão de ideias de partidos políticos, campanhas eleitorais, ou mesmo individuais, através de blogs, redes sociais, mídias alternativas etc.

Oliveira (2021) aponta para a utilização de mídias sociais digitais como instrumento para o recrutamento e a participação em eventos de protesto tem sido considerada pela literatura internacional como um dos principais ingredientes da transformação nas condições e dinâmicas de participação política nos últimos anos. No Brasil, os "protestos de junho" em 2013 evidenciaram a intensificação do uso da internet e das redes sociais no recrutamento e mobilização política.

O autor demonstra que o uso de tais ferramentas nos protestos anticorrupção no Brasil, a partir da onda de protestos iniciada internacionalmente em 2011, expressou o enfrentamento a um sistema político que monopolizava e represava insatisfações e demandas por transformação. Ele se tornou aos poucos um dos principais veículos de aglutinação, manifestação e ação de organizações, grupos e lideranças liberais, conservadores e de direita em torno de uma agenda comum. Esta análise mostra a relevância da dimensão política para compreender o processo de utilização das mídias sociais digitais na dinâmica da participação política.

No que concerne à existência ou não de funcionários com cargos remunerados em partidos políticos no estado de Sergipe, observamos a existência de uma condição determinante para a ocorrência ou não disto, que é o valor da arrecadação do **Fundo Partidário**[79], administrado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e que se destina à manutenção dos partidos políticos.

[79] ALVES, Francisco E. S. M. **Relatório final PIBIC/COPES**, UFS, julho de 2012.

Uma das principais fontes de receita dos partidos políticos é a oriunda do repasse das cotas do Fundo Partidário (Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos), previsto no artigo 17, § 3º, da Constituição Federal, o qual é constituído pela arrecadação de multas eleitorais, doações de pessoas físicas ou jurídicas e dotações orçamentárias da União. O Tribunal Superior Eleitoral é incumbido de fazer a respectiva distribuição aos órgãos nacionais dos partidos, obedecendo aos seguintes critérios: 5% do total do Fundo Partidário é destacado para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral e 95% são distribuídos aos partidos que tenham direito a funcionamento parlamentar, na proporção dos votos obtidos na última eleição para a Câmara dos Deputados.

Os órgãos nacionais dos partidos políticos procederão à redistribuição da cota recebida às seções regionais, e estas às municipais, na forma do que dispuserem os respectivos estatutos, cuja movimentação deve ser feita em estabelecimentos bancários oficiais. Os recursos provenientes do Fundo Partidário devem ser aplicados na manutenção das sedes do partido, no pagamento de pessoal, na propaganda política, nas campanhas eleitorais, na criação e manutenção de instituto ou fundação de doutrinação e educação política e em programas de promoção e difusão da participação política das mulheres.

Um maior ou menor repasse de recursos do Fundo Partidário a um determinado partido influi em questões capitais das estruturas partidárias como, por exemplo, manutenção de sedes, pagamento de funcionários, aquisição de equipamentos eletrônicos (principalmente computadores), etc. Durante o período em que estivemos em campo pudemos perceber casos como o de PSC onde um dos inquiridos, o senhor A, tesoureiro deste, nos informou que o diretório estadual de seu partido possui um advogado e um tesoureiro que prestam serviços ao seu partido, bem como a outros partidos também.

Quando perguntado se o seu partido tem ou não dois diretórios em AJU/SE, o senhor A me disse que não, assim como todos os outros 19 partidos abrangidos, procurados ou inquiridos, em nossa pesquisa com exceção do Partido dos Trabalhadores (PT), que possui nesta mesma cidade dois diretórios, um estadual e um municipal, sendo que o primeiro tinha três funcionários (auxiliar administrativo, assessor financeiro e secretário executivo) e o segundo tinha apenas um. Não por acaso, o Partido dos trabalhadores figurava em 2012 como o primeiro no ranking da arrecadação do fundo partidário, segundo o site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ainda no que concerne à influência que as diferentes quantias arrecadadas pelo fundo partidário de cada legenda partidária têm sobre o funcionamento dos partidos políticos, bem como a ocupação de cargos remunerados nestes mais especificamente podemos assinalar o caso

do Democratas/SE (DEM), onde inquirimos o senhor B, Assessor Político, que nos informou ser empregado de seu partido e tendo salário mensal pago pelos recursos advindos do fundo partidário.

Podemos citar ainda o caso do Partido Socialista Brasileiro/SE, que era em 2012, como pudemos observar, o diretório que possuía o maior quadro funcional entre os inquiridos, tendo quatro funcionários (um porteiro diurno, um porteiro noturno, uma secretária e uma auxiliar administrativa), já que os demais têm entre um e três funcionários. Segundo o site do TSE, o PSB era o sexto colocado no ranking da arrecadação do fundo partidário no ano de 2012.

Concomitantemente a estas situações, há ainda os casos do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), no qual entrevistamos a senhora C (então Presidenta do Diretório Estadual/SE) e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), no qual entrevistamos a senhora D (então Tesoureira do Diretório Estadual/SE), que por terem uma pequena representação na Câmara dos deputados e no Senado da República de nosso país, têm uma pequena arrecadação de fundo partidário, sendo que o primeiro ocupa a vigésima quinta posição e o segundo ocupa a décima quarta posição (quadro 2).

Ambos os partidos anteriormente citados não possuem representantes eleitos pelo estado de Sergipe tanto na Câmara como no Senado, por isso, segundo estas duas inquiridas há dificuldades para que seus partidos possuam um quadro funcional com cargos remunerados, bem como para a manutenção de seus diretórios, o que é superado ou pelo menos se tenta superar, por meio de contribuições financeiras dos filiados dos partidos em sua esfera estadual.

Quadro 1 – Fundo Partidário 2024

QUADRO 1 – FUNDO PARTIDÁRIO 2024			
Partido	***Janeiro***		
	Dotação	***GRU (¹)***	***Distribuído***
AVANTE²	R$ 2.187.108,93	R$ 32.477,21	R$ 2.154.631,72
CIDADANIA (ex-PPS)³	R$ 1.541.389,46	R$ 192.209,60	R$ 1.349.179,86
MDB	R$ 6.772.001,16	R$ 189.786,22	R$ 6.582.214,94
PC do B	R$ 1.555.154,02	R$ 67.484,57	R$ 1.487.669,45
PDT	R$ 3.633.267,56		R$ 3.633.267,56
PL (ex-PR)	R$ 15.402.902,79	R$ 3.897.495,59	R$ 11.505.407,20
PODE	R$ 4.776.017,52	R$ 1.851.148,73	R$ 2.924.868,79
PP	R$ 7.671.660,03		R$ 7.671.660,03

PRD (PATRIOTA + PTB)	R$ 2.640.260,91		R$ 2.640.260,91
PSB	R$ 3.952.882,63		R$ 3.952.882,63
PSD	R$ 6.666.004,90		R$ 6.666.004,90
PSDB	R$ 2.755.123,52	R$ 466.393,44	R$ 2.288.730,08
PSOL	R$ 3.828.858,60		R$ 3.828.858,60
PT	R$ 11.518.919,17	R$ 481.902,07	R$ 11.037.017,10
PV	R$ 990.649,51		R$ 990.649,51
REDE	R$ 990.722,22	R$ 20.841,83	R$ 969.880,39
REPUBLICANOS (ex-PRB)	R$ 6.967.921,20	R$ 24.277,42	R$ 6.943.643,78
SOLIDARIEDADE	R$ 2.546.823,43	R$ 46.651,58	R$ 2.500.171,85
UNIÃO	R$ 9.086.846,11	R$ 165.044,18	R$ 8.921.801,93
Total	**R$ 95.484.513,67**	**R$ 7.435.712,44**	**R$ 88.048.801,23**

Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Fundo Partidário, 2024. https://www.tse.jus.br/partidos/contas-partidarias/fundo-partidario-1 Acesso em 05 de fev de 2024. Atualizado em 02/02/2024.

Quadro 2 – Fundo Partidário 2012

QUADRO 2 - FUNDO PARTIDÁRIO 2012				
	Duodécimos		Multas	
	Dotação orçamentária 2012 R$ 286.288.520,00		Dotação orçamentária 2012 R$ 38.450.988,00	
Partido	Valor(R$)	%	Valor(R$)	%
PT	20.268.101,68	7,08	4.459.225,99	11,60
PMDB	19.228.281,90	6,72	3.444.938,92	8,96
PSDB	14.350.056,52	5,01	2.650.960,98	6,89
DEM	11.152.746,66	3,90	1.998.650,98	5,20
PP	11.016.661,81	3,85	1.974.278,86	5,13
PSB	10.524.768,62	3,68	1.886.183,27	4,91

PDT	7.638.456,25	2,67	1.369.259,16	3,56
PTB	6.438.035,37	2,25	1.154.269,78	3,00
PR	9.336.145,49	3,26	1.387.975,12	3,61
PPS	3.304.353,75	1,15	617.467,83	1,61
PV	5.793.330,79	2,02	1.038.806,43	2,70
PC do B	4.258.766,44	1,49	791.407,31	2,06
PSC	4.818.241,21	1,68	864.172,75	2,25
PSOL	1.965.089,42	0,69	353.187,56	0,92
PMN	1.917.900,28	0,67	344.736,23	0,90
PTC	965.761,69	0,34	169.553,69	0,44
PHS	1.410.272,22	0,49	253.969,42	0,66
PSDC	543.907,96	0,19	98.661,07	0,26
PT do B	1.009.580,06	0,35	151.067,76	0,39
PRB	2.884.578,13	1,01	517.863,39	1,35
PRP	714.180,05	0,25	129.155,96	0,34
PSL	831.557,40	0,29	155.835,90	0,41
PRTB	732.286,90	0,26	132.398,80	0,34
PTN	533.093,67	0,19	96.724,29	0,25
PSTU	339.073,20	0,12	74.684,49	0,19
PCB	343.541,83	0,12	62.776,50	0,16
PCO	267.582,32	0,09	49.172,58	0,13
PSD	257.644,04	0,09	47.392,67	0,12
PPL	257.644,05	0,09	47.392,67	0,12
Total	143.144.260,01	50,00	26.322.170,36	68,46

Saldo dotação	143.144.259,99	50,00	12.128.817,64	31,54

Fonte: CEOFI/SAD/TSE - Distribuição do Fundo Partidário – Atualizado em 26/06/2012 – Adaptado do Site do Supremo Tribunal Federal.

Após 2012 observamos as seguintes mudanças no quadro partidário brasileiro: o surgimento de alguns partidos políticos novos (via criação e incorporação) e a mudança do nome de algumas legendas já existentes. Surgiram: PATRIOTA – 51 (Inicialmente PEN); PROS – Partido Republicano da Ordem Social – 90; PMB – Partido da Mulher Brasileira (depois BRASIL 35) – 35; UNIÃO BRASIL – fusão de DEM e PSL – 44; Unidade Popular – 80; REDE sustentabilidade – 18; NOVO – 30. O Partido Republicano Progressista – PRP – 44 foi incorporado ao PATRIOTA.

O Partido Humanista da Solidariedade – 31 foi incorporado ao PODEMOS, e o Partido Pátria Livre foi incorporado ao PCdoB. O PTC virou AGIR – 36; o PMDB virou MDB 15; o PTdoB virou AVANTE – 70; o PEN virou PATRIOTA – 51; o PR virou PL – 22; O PRB virou REPUBLICANOS – 10; o PTN virou PODEMOS – 19; o PSDC virou DC – 27; o PP virou PROGRESSISTAS - 11; o PPS virou CIDADANIA – 23. Há também a Lei 14.208 de 28/09/2021, lei das Federações Partidárias. Em 2024 temos a Federação PSDB/Cidadania; Brasil da Esperança: PT/PCdoB/PV; PSOL/REDE; PTB -14 e PATRIOTA -51 se uniram e deram origem ao PRD - 25; O PODEMOS incorporou o PSC; O SD 77 incorporou o PROS – 90 e surgiu a UP – 80.

Algumas abordagens especulativas alertaram para o potencial apresentado pela tecnologia para aumentar a centralização do poder nos partidos e o silenciamento do debate político de base. Alguns estudos sobre partidos argumentaram que esses corriam o risco de se tornar pouco mais do que elites de grupos de interesses especiais dirigidos. Os partidos estão usando a tecnologia para os seus objetivos de competição eleitoral ou as TICs desempenham algum papel descentralizador dentro das organizações partidárias? A mobilização e a participação em nível individual - mais especificamente, a internet pode ser usada para ampliar e reviver a base de membros e aprofundar os níveis de ativismo? (Gibson, Ward et. al., 2009).

3 CONCLUSÃO

Como são administradas as mídias sociais digitais nos partidos? Quem as administra? Como esses profissionais são selecionados? Suas trajetórias, experiências profissionais, partidárias, entre outras, bem como os critérios de administração dessas.

Em Sergipe quem usa mais as TICs? À esquerda ou a direita? Qual a importância de ter um perfil nessas mídias? Quem são os responsáveis pelas publicações nos perfis dos partidos? Qual a sua origem social? Como ingressaram no diretório? Qual a formação educacional/profissional? Qual a diferença no trabalho desses responsáveis no período eleitoral e nos períodos comuns? Quais as funções desempenhadas por esses profissionais?

Utilizamos entrevistas, tanto estruturadas (utilização de surveys) como não estruturadas online e/ou presencialmente a fim de compreender o cotidiano destes profissionais, bem como identificar os sentidos que os indivíduos atribuem às atividades que desempenham e ainda suas concepções de política e como se dá a inserção das mídias sociais digitais nos partidos.

Retoma-se aqui uma dimensão pouco vislumbrada para os estudos sobre os processos de profissionalização da atividade política, já que a maioria dos estudos focaliza apenas os políticos profissionais que ocuparam ou ocupam cargos eletivos na esfera executiva e legislativa e a isso se estende também o estudo do uso das mídias sociais por políticos profissionais detentores de mandatos em detrimento dos partidos.

Aqui se trata da maneira que as estruturas partidárias através de seus profissionais formados, preparados e encarregados disto utilizam dessas tecnologias para replicar, intensificar e acelerar por meio de postagens coordenadas, cronogramas e todo um planejamento técnico de comunicação o que faziam/fazem em grandes propagandas de rádio e TV e sem a intermediação de terceiros na comunicação com o eleitor além de poder alcançar mais gente em menos tempo.

Dessa forma, centrar a investigação no uso das mídias digitais e nas condições e lógicas sociais que conduzem a atuação dos profissionais que trabalham com essas nas organizações partidárias possibilita dar conta de formas de investimento profissional em organizações partidárias distintas das que tem sido priorizada pela literatura internacional e nacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco E. S. M. **Relatório final PIBIC/COPES**, UFS, julho de 2012.

BARBOSA, S. V. S. **Internet, política e representação: o uso de mídias sociais por candidatos a deputado estadual em Sergipe (2018)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), PPPGS/UFS. São Cristóvão, SE, 2019. 104p.

BOLOGNESI, Bruno. Organização partidária: modelos de análise e novas agendas. **BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**, 2021, (n.95).

BRAGA, Sérgio Soares e ROCHA, Leonardo Caetano da. "Novas Mídias e Partidos Políticos: Ação Política das Instituições Partidárias Brasileiras na Internet". **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, Ano 17 n.17, p.209-221, jan/dez 2013.

CASTRO, Bárbara Vitória Oliveira de. **Etnografia política do uso de plataformas digitais nas organizações partidárias**. 2022. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

CORADINI, Odaci Luiz. As Elites como Objeto de Estudos. In: CORADINI, O. L. (Org.). **Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul. Algumas Contribuições Recentes.** Porto Alegre, EDUFRGS, p. 7-18, 2008.

GIBSON, R.; WARD, S. Parties in the digital age – a review article. Representation, v. 45, n. 1, p. 87–100, abr. 2009.

GIBSON, Rachel K. et al. Party organizational change and ICTs: The growth of a virtual grassroots? New Media & Society, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 31–51, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1177/1461444812457329

GOMES, Wilson. Internet e Participação política em sociedades democráticas. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 27, agosto de 2005, quadrimestral.

GROSSELLI, Grasiela. **Ciberdemocracia: (re)pensar a democracia representativa a partir das redes sociais virtuais**. Dissertação (Mestrado em Direito), PPPGD/UFS. Florianópolis, SC, 2012. 209p.

HORST, Heather A. New Media Technologies in Everyday Life. MILLER, D. In.: **Digital anthropology**. Engl. ed ed. London: Berg, 2012, p. 61-79.

LEPECK, Gabriel. DILEMAS DA CIBERDEMOCRACIA: em qual medida o ciber potencializa a democracia? **Revista Ciencias Humanas** UNITAL, Taubaté/SP – Brasil, v.14 e 30, 2021.

MASCHERONI, Giovanna; MATTONI, Alice. Electoral Campaigning 2.0: The Case of Italian Regional Elections. Journal of Information Technology & Politics 10, no 2, 2013.

MEDEIROS, Alexsandro. Ciberdemocracia: democracia eletrônica, virtual ou digital, 2013. In: https://www.sabedoriapolitica.com.br/ciber-democracia/ Acesso em 05 de fev. de 2024

MICHELS, Robert. "Tendências Burocráticas das Organizações Partidárias". In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam (Orgs.). In: **Política e Sociedade**. SP: Companhia Editora Nacional, vol. 2, 1979. (Coleção Biblioteca Universitária; Volume 54) (pp. 73-89)

MICHELS, Robert. Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília: UNB, 1982.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Mídias sociais digitais, participação política e protestos anticorrupção. Estudos de Sociologia, v. 25, n. 50, 21 maio 2021.

PERISSINOTTO, R. M., MIRÍADE, A. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. DADOS – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 2, p. 301-333, 2009.

PHÉLIPPEAU, E. “Sociogênese da profissão política”. In: GARRIGOU, A. &

ROCHA, Leonardo. **Os partidos na rede: ação política virtual das instituições partidárias brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2014. 138p.
SAMPEDRO, Víctor; MOSCA, Lorenzo. Digital Media, Contentious Politics and Party Systems in Italy and Spain. Javnost - The Public, [S. l.], v. 25, n. 1–2, p. 160–168, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13183222.2018.1423959.

WEBER, Max. “A Política como Vocação”. In: GERTH, Hans; MILLS, Wright. **Ensaios de Sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. (pp. 55-89).